

Que fazer com os palácios?



Nuno Teotónio Pereira*

Há cerca de um ano, a propósito da realização de um colóquio promovido pelas Oficinas do Convento em Montemor-o-Novo, foi publicado nesta coluna um artigo com o título "Que fazer com os conventos?". Idêntica interrogação se pode colocar agora relativamente aos palácios, por causa da polémica desencadeada com o anúncio, feito pela Câmara de Lisboa, da venda do Palácio da Rosa a uma cadeia hoteleira.

Este palácio, comprado pelo Município em 1970 à família dos marqueses de Castelo Melhor com a intenção de o reabilitar, instalando no edifício actividades de índole cultural, é uma das mais interessantes residências senhoriais de Lisboa, situada em pleno coração da Mouraria e incorporando uma igreja e um amplo pátio. Construído no séc. XVII, reparado após o terramoto, e com andares acrescentados no início de novecentos, o palácio contém ricos silhares de azulejaria de várias épocas.

Após a sua aquisição, foi ali instalada a Academia de História, ocupando uma ala, servindo alguns espaços para utilizações temporárias de vária ordem, ao mesmo tempo que se acudia às reparações mais urgentes, em que se gastaram entretanto 200 mil contos.

Sob a alçada da empresa municipal dos Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa (EBHAL), e verificada a inviabilidade do seu aproveitamento para actividades culturais, o que exigiria verbas avultadas para as obras que o edifício requer, o Município decidiu alienar o Palácio, já que existem empresas interessadas em instalar ali um "hotel de charme".

Compreende-se que a EBHAL, que tem tido à sua conta a reabilitação de edifícios emblemáticos nos chamados bairros históricos, veja esgotada a sua capacidade para acudir a mais este encargo. Na verdade, não é razoável exigir que tudo o que sejam edifícios de valor patrimonial com uma certa dimensão se tornem de propriedade pública e destinados a actividades culturais. No entanto, a decisão municipal acendeu alguma polémica e deu origem a protestos vários, talvez por se tratar de um edifício de valor muito singular na cidade e pelo facto de ter sido adquirido para as finalidades indicadas. É neste contexto que se pode colocar a questão: que fazer com os palácios?

A própria Câmara de Lisboa nos últimos 12 anos adquiriu e reabilitou, destinando-os a usos culturais, alguns edifícios desta natureza, como o Beau-Sejour, onde está instalado o Centro de Estudos Olissiponenses, o Pancas-Palha em Xabregas, o Contador-Mor nos Olivais. Isto para além de outros palácios de que já dispunha, como o dos Coruchéus, o Galveias (Biblioteca Central) e o Pimenta, onde está o Museu da Cidade. Por isso se compreende que não possa ficar com mais este, o da Rosa:

não será preferível aliená-lo, exigindo determinadas garantias, do que mantê-lo durante mais tempo ao abandono a que tem sido votado? Tais garantias passarão naturalmente por um projecto de restauro e reconversão ao novo uso de elevada



Palácio da Rosa, em Lisboa
(Imagem gentilmente cedida pela CML - Arquivo Fotográfico Municipal)

qualidade e rigor, pelo acompanhamento cuidadoso das obras por parte das entidades responsáveis - o IPPAR e a própria Câmara - e pela posterior possibilidade de visita e franqueamento público dos espaços. E não podem deixar de se considerar os benefícios para o histórico bairro de Lisboa da abertura do projectado hotel em termos de reabilitação e animação urbana e da correspondente exigência de arranjo do espaço público envolvente. É que, afinal de contas, temos precedentes bem sucedidos na matéria, como o atestam o Palácio-Hotel do Buçaco e Seteais

* Arquitecto